



Número: **0829014-91.2015.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **29/10/2015**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
2326491	29/10/2015 16:58	Petição Inicial	Petição Inicial
2326500	29/10/2015 16:58	DOC OK-otimizado-1	Outros Documentos
2326506	29/10/2015 16:58	DOC OK-otimizado-2	Outros Documentos
6453729	07/02/2017 14:34	Despacho	Despacho

SARAIVA & Associados

Rua Floriano Peixoto nº 451 – Malvinas

- Campina Grande-PB

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA.

-

ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de Identidade RG de nº 628.131 - SSP/PB e inscrito no CPF sob o nº 374.249.044-34, podendo ser intimado na Rua Arquiteto Hermenegildo Dilascio, Nº 104, Bairro Tambauzinho, Cidade João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.042-140, por intermédio de seu e ou seu bastante procurador que está subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente

AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.

(COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT)

-

Contra: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-201, **expondo e requerendo ao final o seguinte:**

Ab Initio

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 do Código



de Processo Penal em seu art. 4º *caput*. Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

-SINOPSE DOS FATOS-

Em **29.06.2014**, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito (acidente com motocicleta), sendo socorrido (a) para o Hospital Samaritano, em João Pessoa/PB, apresentando FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA, conforme se faz prova com a **certidão de ocorrência policial, em anexo**.

O requerente foi submetido às intervenções em **MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO**, cujo acidente compromete as funções do membro em comento, dentre outras complicações físicas, CONFORME PRONTUARIO MEDICO, em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de trânsito requereu administrativamente, seguro – DPVAT, sendo que, a seguradora, pagou ao promovente, através do (CONSORCIO DAS SEGURADORAS), a importância de **R\$ 2.531,25 (Dois Mil, Quinhentos e Trinta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos)**, conforme recibo em anexo.

O fato é que no processo administrativo não houve a gradação da invalidez, em percentuais somando-se que inexistiu no processo administrativo qualquer dado que informa ao beneficiário quais os critérios médicos, científicos que justifique a forma clara como a seguradora chegou a pagar o valor via administrativa, não podendo em hipótese alguma prevalecer o quantum pago pela demandada, os mesmos ferem a norma legal.

O autor impugna os valores pagos administrativamente pela demandada, por absoluta falta de transparência, critérios médicos científicos que possa aquilatar, mensurar o quantum devido, sendo que, neste sentido o art. 5º, § 5º da Lei nº 6.194/74, é claro ao determinar que o pagamento devesse ser quantificado em obediência a tabela fixada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009.

Outro fato preponderante é que não existe qualquer esfera recursal que possibilite ao beneficiário, recorrer, contra os valores pagos administrativamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, ou seja, tratando-se de DPVAT, a vítima é obrigada a receber os valores pagos pela autarquia sem que possa discutir sobre o quantum, numa total afronta a determinação legal fixada na norma jurídica.

A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, responsável pelo pagamento das indenizações, afirma que o quantum devido deve obedecer Circular do CNSP-(CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), sendo que, geralmente utiliza-se de parâmetros ilegais, para definir do ponto de vista administrativo o valor a ser pago aos beneficiários, tratando-se de pagamento administrativos estes desafiam a Lei nº 11.945/2009.



Acontece que o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ficar a critério da demandada, visto que, se existe uma norma que regula os valores da indenização estas devem ser respeitadas. A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente. A Demandada, ainda se recusa a recepcionar a documentação, pelo fato da Circular infra citada, negar o pagamento do DPVAT, nos casos em que o beneficiário não apresentar o DUT, do veículo causador do sinistro devidamente quitado.

O art. 33, inciso IV, alínea "a", da Lei nº. 11.945/2009 estatuiu, expressamente, como início de vigência da disposição supra o dia 16 de dezembro de 2008. Portanto, para os acidentes de ocorrência anterior à data de vigência da Medida Provisória nº. 340/2006 (29/12/2006), aplica-se a primitiva redação da Lei nº. 6.194/1974 onde vinculava o valor da indenização ao salário mínimo, passando-se, após esse marco temporal, a adotar os novos parâmetros delineados pela citada medida provisória e ratificados pela Lei nº. 11.482/2007. Destarte, deve a seguradora conveniadas obedecerem a Tabela, firmada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, não sendo lícito, a autarquia ré, pagar o valor que entende de forma unilateral, pois as periciais são patrocinadas pela requerida não ocorrendo qualquer fiscalização, das instituições em especial do Ministério Público, ou, Polícia Judiciária, quanto aos critérios de pagamento as vítima de acidente de trânsito em nosso país.

- D O D I R E I T O:

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem “jus”.

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. Grifo nosso.

No mesmo curso:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.” (Grifo Nosso)

O Art. 333 do Código de Processo Civil determina que:



“O ônus da prova incumbe:

I - (.....)

I “I- ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.”

O cidadão comum encontra-se a margem diante das varias alterações sofridas pela Lei nº 6.194/74, através da Medida Provisória nº 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, que alem de colocar os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

As modificações ainda atingiram as ações contra as seguradoras tratando-se do prazo prescricional, foi reduzido de 20 (vinte) para 03 (três) anos, ferindo direito adquiridos, visto que, a norma atingiu de morte o art. 177 do Código Civil de 1916, retirando, esmagando, extirpando, o direito do cidadão no que se refere a percepção a indenização, numa clara demonstração que as seguradoras foram as únicas beneficiarias, com as novas regras impostas.

- DA JURISPRUDÊNCIA:

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tem entendimento consolidado em idêntico pedido:

“ (AC nº 2012.018378-9, AC nº 2013.002870-9 e AC nº 2012.013210-8, de Relatoria do Des. Amílcar Maia, 1ª Câmara Cível, j. 30/01/2014; AC nº 2013.018028-1, Rel. Des. Expedito Ferreira, 1ª Câmara Cível, j. 19/12/2013; AC nº 2013.013182-4, Rel. Des. João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 28/01/2014; AC nº 2012.017060-3, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 05/11/2013). “

Já o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos: “Súmula 474/STJ:

“ A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.



- DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, ao pagamento da **COMPLEMENTAÇÃO** indenizatória em epígrafe, fundada no pagamento de **R\$ 10.968,75 (Dez Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos)**, referente ao DPVAT, requerendo ainda o seguinte:

1. Seja citada a promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
1. Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;
1. Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de **Prova Pericial**, no sentido de quantificar o grau de lesão;
1. Pugna o autor pela produção de prova pericial e requer juntada do processo administrativo liquidado pela seguradora;
1. Com fundamento no Art. 221, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);
2. Requer a produção de prova pericial cujo requisitos seguem ao pé desta;
1. Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente a honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;
1. Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei.

Dar-se a presente o valor de **R\$ 10.968,75 (Dez Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos.



Pede e Espera **DEFERIMENTO**.

JOÃO PESSOA/PB, 22 de OUTUBRO de 2015.

EMMANUEL SARAIVA FERREIRA

-ADVOGADO – OAB/PB 16.928.



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ___-___-___/___/___, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICARA INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?



5) Se a invalidez OU DEBILIDADE do autor é em grau - Mínimo, Médio, ou, GRAVE?

Sem mais, em ____/____/____.

(Assinatura – carimbo – CRM)



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 628.131 SSP/PB, e CPF n.374.249.044-34 podendo ser intimado Na Rua Aruiteto Hermenegidio Di Lascio n. 294 Tambauzinho- João Pessoa-PB, nomeia e outorga poderes ao

Outorgado: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, brasileiro, solteiro, advogado, OAB 16928 PB, podendo ser intimados na Rua Floriano Peixoto 4510, Malvinas, nesta cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA** junto à comarca de João

Pessoa-PB, podendo os outorgados, confessarem, assinarem, desistirem, proporem acordo, receberem intimações, darem quitações, transigirem, apresentarem réplica, oposições, firmarem, apresentarem recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar apelação criminal, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATICIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado firmam o presente contrato, onde o fica estabelecido que **honorários advocatícios sejam pagos na base de 20%, (vinte por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente contrato, nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada mais a constar lavro o presente que vai por todos devidamente assinado para que surta seus jurídicos e legais efeitos.**

João Pessoa - PB, em 30/09/2015.

Outorgante: *Roberto Pereira de Oliveira*

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



Declaração de Hipossuficiência

Eu, ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 628.131 SSP/PB, e CPF n.374.249.044-34 podendo ser intimado Na Rua Aruteto Hermenegidio Di Lascio n. 294 Tambauzinho- João Pessoa-PB, declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima e sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

João Pessoa, 30 de setembro de 2015.


Roberto Pereira de Oliveira



SINISTRO 3150485027 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

BENEFICIÁRIO ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 37424904434

Posição em 20-10-2015 18:23:04

Pagamento creditado conforme dados bancários informados na autorização de pagamento assinada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
14/10/2015	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25





SIEMB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
24/07/2014 - Autoatendimento - 13:59:03
227571885 0447

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM POUPANCA - DINHEIRO

FAVORECIDO
CLIENTE ROBERTO PEREIRA OLIVEIRA
AGENCIA: 2275-6 CONTA: 16.794-0
VARIACAO 51
VALOR TOTAL * 50,00
NR. ENVELOPE 2.843.526.399

* valor sujeito a conferencia.

DECLARO ME CIENTE E DE ACORDO QUE OS
CREDITOS EM POUPANCA EFETUADOS A PARTIR
DE 24/05/2012 ESTAO DISCIPLINADOS
PELA MEDIDA PROVISORIA 567/2012.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informacoes.



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

C/C

Nº DE INSCRIÇÃO: **574209044 14**

NOME DO CONTRIBUÍVEL: **ROBERTO PENEIRA DE OLIVEIRA**

VALIDO ATÉ 180 DIAS A CONTAR DA DATA DO CANCELAMENTO DO AGENTE RECEPTEUR

NASCIMENTO: **13/03/1958**

ASSINATURA DO CONTRIBUÍVEL

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DA CARTÃO DE REGISTRO

GRÁFICA MITO LTDA - RUA ADELÃO, 208 - CAMPINAS - SP - C.E.C. 45.980.567/0001-50 - ATO DECLARATÓRIO N.º 0808/N.º 03

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - C/PF E DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.

PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

ENDEREÇO DO AGENTE RECEPTEUR

42412 / 2207

ARF - São

APROVADO PELA COMISSÃO SUPLENTE DE ENF. TRIBUT. 15/11/2015

1/01 0001 10 0001



ZELIA ADILIA DE OLIVEIRA
RUA ARQUITETO HERMENEGILDO DI LASCIO, 294 / AP 134 - TAMBAUZINHO
JOAO PESSOA / PB CEP: 58042-140 (AG 1)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 5 - B - 802 - 8480
Nº medidor: 00000231882

Referência: Jun / 2014
Emissão: 10/08/2014

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000 304 116
Código para Débito Automático: 00000371460

0e36 dda4 4814 e6ac 897c 405c 941d 8c04

5/37145-0

Jun / 2014

- O início do sistema de bandeiras tarifárias foi adiado para o ano de 2016. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de JUNHO vigorava a BANDEIRA VERMELHA, a qual implicava R\$44,00 de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.

10/06/2014

11/07/2014

56897148404

30 dias em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 05/08/2014 PAGAS
OBRIGADOR

Data	Leitura	Data	Leitura			
12/05/14	35052	10/06/14	35184	1	132	29

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	132	0,30445	40,18

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS	0,55
COFINS	2,54
CONTRIB. SERV. LUM. PÚBLICA	2,20
ICMS (Base de Cálculo R\$ 59,27 Alíquota 27,00%)	16,00

Mai/14	162
Abr/14	132
Mar/14	126
Fev/14	137
Jan/14	138
Dez/13	129
Nov/13	118
Out/13	105
Sep/13	118
Ago/13	129
Jul/13	153
Jun/13	127

Média dos últimos meses
130 kWh

17/06/2014

R\$ 61,47

4/2014 - Tambá

DIC MENSAL	5,80
DIC TRIMESTRAL	11,10
DIC ANUAL	22,21
FIC MENSAL	3,40
FIC TRIMESTRAL	8,95
FIC ANUAL	13,70
DMIC	3,20
DICRI	12,22

0,00	NOMINAL	220
0,00	CONTRATADA	201
0,00	LIMITE INFERIOR	231
0,00	LIMITE SUPERIOR	231

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia PB	19,59	32,1
Compra de Energia	18,50	27,1
Serviço de Transmissão	1,20	1,9
Encargos Setoriais	2,38	3,9
Impostos Diretos e Encargos	21,28	34,9
Outros Serviços	0,00	0,0
Total	61,47	100,0

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(Ref 4/2014) R\$ 25,00

ATENÇÃO



Assinado eletronicamente por: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA - 29/10/2015 16:57:54

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=15102916570694600000002304180>

Número do documento: 15102916570694600000002304180



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro -- CEP. 58.010-170 -- Fone (83) 3218-3333



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 1815/2014

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Fernando Barbosa de Carvalho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 14:45h, compareceu o (a) Senhor (a): **ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, natural de Mari/PB, solteiro, com 56 anos de idade, Agricultor, Alfabetizado, filho de João Pereira de Oliveira e de Adília Ana de Oliveira, RG. 628.131-SSP/PB, residente na Rua Arquiteto Hermenegildo Di Lascio, nº 294, aptº 104, Tambauzinho, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 29/06/14, por volta das 18:10h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/CG 150 FAN ESI, cor vermelha, ano 2010, de placa MOW-2334/PB, chassi nº 9C2KC1550AR086037, registrada em nome de Cristiano Pereira de Oliveira, pela Rua Arquiteto Hermenegildo Di Lascio, Bairro de Tambauzinho, nesta cidade de João Pessoa/PB, após perder o controle de direção caiu ao solo, tendo o notificante sofrido fratura da clavícula esquerda, segundo atestou o DR. Thales W. S. Maia, Médico ortopedista, CRM 6590, através de receituário datado de 21/07/14. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 21 de julho de 2014.

Roberto Pereira de Oliveira
Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.632-3

Escrivão



Hospital Samaritano

-----ATENDIMENTO DE URGÊNCIA-----

Paciente...:ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA Registro...:2953238
 Endereço...:EVERALDO PEREIRA DA SILVA, 86 POSTO NOVO MARI-PB
 Data Nasc...:13/03/1958 Idade:56 anos Sexo:Masculino CEP.:58345000
 Identidade:628131 Telefone:99792722
 Convenio...:044 UNIMED JP/APTO C.P.F:374.249.044-34
 Responsavel:ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA Matricula:0333800432837002
 Medico.....:7967 ARAO SANTOS DE ALENCAR Guia.:13018903
 Recepcao...:RAFAELLA SILVA C.I.D.....:

Data Entrada: 29/06/2014 17:01

+-QUEIXA PRINCIPAL E EXAME SUMARIO-

*Dores no abd e dor de cabeça desde alguns dias
 Neuromialgia x o/traiz*

+-DIAGNOSTICO-

Enf. Celular

+-PRESCRICAO MEDICA-

+-HORARIO-

+-EVOLUCAO PACIENTE-

12 c/fts claus

Intenar p/ tto curar

MEDICACAO E/OU MATERIAIS USADOS (QUANDO NAO INCLUIDOS NO PRECO DO SERVICO)

+-DESCRICAO-	UNID-	-QUAN-	+-DESCRICAO-	UNID-	-QUAN-

+-Alta Medica -

+-Alta () Obito () Internacao () Transferencia () Melhorada -

Medico: _____

Hora da Alta: _____

Arao S. de Alencar
 Medico
 Ortopedia e Traumatologia
 7967

RADIOLOGIA GERAL
 EXAME: *RAVIMIA E*
 DATA: *29/06/14*
 CONVÊNIO: *UNIMED*
 TÉCNICO: *LEONIL*



ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA

CONVÊNIO: UNIMED DATA: 02/07/2014

RELATÓRIO CIRÚRGICO

CIRURGIÃO: DR. THALES MAIA 1º AUXILIAR: DR. KARTNEY 2º AUXILIAR:

ANESTESISTA: DR HUMBERTO PIRES

INSTRUMENTADOR:

HORA INICIAL: 29:00

HORA FINAL: 20:30

DIAGNÓSTICO: FRATURA CLAVÍCULA ESQUERDA

CIRURGIA : TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA AO NIVEL DO OMBRO + RESSECÇÃO TERÇO DISTAL CLAVICULA + ARTROTOMIA

TIPO DE ANESTESIA: BLOQUEIO DE PLEXO

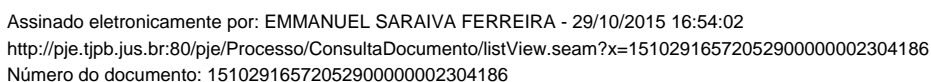
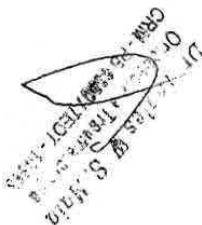
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: O MESMO

INTERCORRÊNCIAS CIRÚRGICAS: NÃO HOUVE

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

- PACIENTE EM DECUBITO DORSAL SOB BLOQUEIO PLEXO BRAQUIAL;
- ASSEPSIA + ANTISSEPSIA;
- APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS;
- INCISÃO ARCIFORME SOBRE A CLAVÍCULA + DISSECÇÃO POR PLANOS;
- REALIZADA IDENTIFICAÇÃO DO HEMATOMA FRATURÁRIO;
- REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO COM PLACA BLOQUEIO + 08 PARAFUSOS
- LAVAGEM COM SF 0,9% + HEMOSTASIA;
- SUTURA POR PLANOS;
- CURATIVO ESTÉRIL.

DR. THALES MAIA
CRM6590





DR. LUIZ PORTELA DR. JOCEMIR PAULINO
DR. THALES MAIA DR. UMBERTO JANSEN

Receituário

Para: ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE
AUTOMOBILISTICO (QUEDA DE MOTO), SOFREU EM
VIRTUDE DISSO, FRATURA CIOMINUTIVA DA CLAVÍCULA
ESQUERDA, FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRURGICO,
ENCONTRA-SE COM LIMITAÇÃO DE ADM DO OMBRO E
MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, COM DIMINUIÇÃO DA
FORÇA, E TAMBEM INCAPACITA PARA ATIVIDADES COM
MEMBRO AFETADO.

CID: 42.0

[Handwritten signature]

Dr. Thales W. S. Maia
Ortopedia - Cirurgia
de Ombro e Colôvelo
CRM - PB 6590 / TFGT 10843

JOAO PESSOA, 21/07/2014

THALES MAIA
Medico ortopedista
CRM - 6590

Av. Mato Grosso, 183 - 2º andar - sala 305 - B. Dos Estados: Fones(83) 2107-2226 / 2107-2227





Hospital Samaritano

Av. Santa Júlia, 35 - Torre - João Pessoa - Pb
Cep. 58040-450 - Fone: (83) 3048-2100

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o Sr. (a) Prober.
To Renato de Oliveira

R.G.: CPF.:

necessita de 120 (cento e vinte) dias de afastamento do
trabalho a partir desta data.

Diagnóstico / CID: S92.0

João Pessoa/Pb, 03 de 07 de 14.

Dr. Thales W. S. Maia
Ortopedia-Traumatologia
CRM-PB 6590/TEOT 10843

Assinatura do Médico - CRM - Pb





SISTEMA DE CONTROLE CLÍNICO
REGISTRO DE INTERNAÇÃO

HORA: 17:13:32

Prontuário
855272

Atendimento
1997925

Reserva/Guia

0

Data 23/06/2013

Hora 17:00

Telefone - R.G.

Código-GNS

3939661

150247645970001

Profissão

Paciente
ADRIANO DE SOUZA SANTOS [CPF:]
Endereço
FRI GALVÃO
Bairro

Sexo Est. Civil Dt Nasc
M. Solteiro 04/12/1990

Num. Complemento

Cidade
BIAZÃO DO BACIMARTE (INGA)

Endereço
FRI GALVÃO
Cidade
BIAZÃO DO BACIMARTE (INGA)

UF
PB

Nome da Mãe
MARIA MADALENA DE SOUSA SANTOS
Responsável
ADRIANO DE SOUSA SANTOS
Bairro

Médico Acompanhante

1053001 LEONARDO CEZAR DE OLIVEIRA [CRM: 6740] [CPF: 4001655462]

1053001

LEONARDO CEZAR DE OL [CRM: 6740] [CPF: 4001655462]

Procedimento

Origem

Convênio
SECRETARIA SUS

Acomodação

POSTO: ENFERMARIA - LEITO:

Data min. para alta - 23/06/2013

Data máx. para alta - 23/06/2013

Atendente - MARCELA CAVALCANTE NASCIMENTO

Resumo de Tratamento

Acompanhante.....? [] Sim [X] Não

Data admissão 23/06/2013

Data alta 25/06/13

Internação anterior.....? [] Sim [] Não

Hora admissão

Hora alta 08:00

Alta..... Curado..... [] Melhorado..... [X]
Piorado..... [] A pedido..... []
Transferido..... [] Falecimento..... []

Insatisfeito..... []
Insatisfeita..... []
Evasão..... []

Clinica..... Médica..... []
Cirurgia..... []
Obstétrica..... []

Diagnóstico:

Internação:

Definitivo:

Histórico:

391009068

Cid 542.3
X, 599

ORTOSE PROTESE

ALAVES
28 SET 2013
Ass. 38

Alta - 1
Perm - 2
Transf - 3
Óbito - 4

Raio X:

[X] Simples

[] C/Contraste

Uti

Entrada

Saída

Motivo

Caract. Trat.

[] [] Sangue... [] Rh... [] [] [A] [B] [C] [D] [E] [F] [G]

RX DE CONTROLE
REALIZADO EM 24/06/13

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
RX REALIZADO NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
EM 24/06/13 CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS





GOVERNO
DA PARÁ, SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

Ficha de Acolhimento 3394-1511



Nome: Adriano de Sousa Santos

End.: Frei Galvão, 34

Bairro: Centro

Data de Nascimento: 04/12/1950

Documento de Identificação: 12345678901234567890

Queixa: A.C.

Data do Atend.: 16/06/13 Hora: 20:08 Documento: 13

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo

Aspecto: () Calmo () Fúria de dor () Gemente

Frequência respiratória:

Frequência cardíaca: 104

Pressão arterial: 120 x 80

Temperatura axilar: 37,02 98,7

Dosagem de HGT: —

Mucosas: () Normocorada () Pálida

Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca

Estratificação

() Vermelho - atendimento imediato

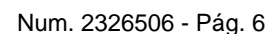
(X) Amarelo - atendimento até 1 hora

(X) Verde - atendimento até 4 horas

() Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional

1100 000





Poder Judiciário da Paraíba
13ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0829014-91.2015.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, onde a parte autora pleiteia o pagamento da complementação atinente a dito seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.

Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.

Assim, pelas razões expostas, deixo de aprazar audiência de conciliação prévia.

Cite-se a parte ré, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Defiro a gratuidade judiciária requerida.

Certifique-se a Escrivania se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

P.I.

JOÃO PESSOA, 2 de fevereiro de 2017.

Juiz(a) de Direito

